

A Argentina deu um banho

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

Ainda bem que Copa ainda não começou. Porque a Argentina acaba de dar no Brasil um drible magistral. Fez chegar a Foz de Iguaçu na semana passada, com o timbre oficial da “Câmara de Diputados de la Nación”, o resultado de uma votação que reprova “o projeto de criar um show de luzes e som nas Cataratas do Iguaçu”.

O projeto é brasileiro. Nasceu em Foz por iniciativa do prefeito Paulo Mac Donald. Não é de hoje que ele propõe um novo turno de visitação no parque nacional, que abriria às portas de noite para o espetáculo. Sua idéia é projetar na espuma branca da Garganta do Diabo a saga dos colonos que ocuparam o Oeste paranaense em meados do século passado, quando o parque já existia, perdido no mato desde 1939.

Se a história da colonização fosse encenada com o mínimo de realismo, teria que incluir a epopéia dos títulos de terra grilados, o faroeste das questões fundiárias resolvidas a tiro de jagunço, a aventura de um ex-governador fugindo do país para não ser preso por vender o que não era seu e, sobretudo, o ato fulgurante das queimadas, que aliás tem uma aptidão inata para essas coisas de luz e som.

Ultimamente, essa campanha ganhou mais eloquência, porque as Cataratas concorrem a um lugar – por sinal, merecido, ou mesmo irrecusável – entre as sete maravilhas naturais do mundo. Mas, há seis meses, o show era conversa de botequim. A decisão dos deputados em Buenos Aires data de novembro do ano passado. Desde então, pos um ponto final na proposta, em três sucintas linhas. E o que os deputados argentinos têm a ver com isso?

"Falta agora perguntar o que o prefeito de Foz do Iguaçu tem a ver com o governo das Cataratas. A resposta é: nada. “Parque nacional” quer dizer que aquilo se tornou assunto de política

nacional."

Tudo. Primeiro porque do lado de lá ficam mais de dois terços das Cataratas. Ou todo o anfiteatro de quedas que os turistas vêm quando passeiam pela trilha da margem brasileira, até poderem olhar para estas bandas no fim da linha, quase na boca da Garganta do Diabo. São argentinos praticamente dois quilômetros de saltos, quando o rio Iguaçu está cheio.

Ali, a linha fronteira que corre pelo fundo do cânion não separa os dois países. Costura-os. Tudo o que acontece de um lado afeta diretamente o outro. Os argentinos, que foram os primeiros a ter nas Cataratas um parque nacional, ergueram há décadas passarelas de concreto sobre as águas, beirando o abismo. Uma enchente levou-as.

Eles construíram outras, ainda mais extensas, labirínticas e expostas. Ainda por cima, deixaram no rio as pilastras que sobraram da estrutura anterior, como se fossem venerandas ruínas históricas, restos de aqueduto romano ou da ponte de Gard. Agora, quem olha daqui vê os escombros de lá. E só nos resta lamentar que o Brasil não tenha uma Câmara dos Deputados que se preocupe com esses assuntos, para cobrar a remoção do entulho.

Em troca, em noites de lua cheia, os brasileiros eventualmente promovem um luau no restaurante do Porto Canoas, logo acima das quedas. Nessas ocasiões, acendem-se luzes coloridas no deque que se debruça no rio. E a administração do parque argentino, com razão, reclama do mafuá na manhã seguinte.

Como são umbelicalmente ligados pelas Cataratas, os parques, sempre que os regulamentos permitem, funcionem em regime de cooperação. Em 1999, ao terceirizar a exploração dos serviços turísticos no Iguaçu, o biólogo Apolônio Rodrigues, hoje diretor de Conservação e Manejo, mas há 18 anos um partidário da natureza na equipe da administração, discordou do projeto de erguer, atrás do hotel, uma torre com 100 metros de altura e, lá em cima, espetar um restaurante giratório.

Na briga interna contra o monstrengos, ele fez aliança, na ocasião, com os argentinos. Advertiu-os sobre o risco de que a revisão do plano de manejo, então em curso, incluísse a autorização para os concessionários fazerem a torre. E trouxe de lá o veto que derrubou a proposta antes que ela saísse do chão.

Falta agora perguntar o que o prefeito de Foz do Iguaçu tem a ver com o governo das Cataratas. A resposta é: nada. “Parque nacional” quer dizer que aquilo se tornou assunto de política nacional. Por isso os municípios recebem indenização, em forma de ICMS Ecológico, ao cederem um pedaço de seu território para criá-lo. No parque nacional o prefeito de Foz apita tanto quanto o prefeito de Uiramutã, em Roraima. Ou seja, como qualquer brasileiro.